

Direito

COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM TEMPOS DE PROCESSO DIGITAL: ANÁLISE DA DESMATERIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DA UBIQUIDADE DO PROCESSO DIGITAL

Rafaela de Oliveira Ferreira - a) 8º período de Direito UFLA, iniciação científica voluntária, PIVIC
Fernanda Gomes e Souza Borges - b) Orientador DIR, UFLA - Orientador(a)

Resumo

A pesquisa explora o impacto da desmaterialização da Justiça e da ubiquidade do processo digital no modelo tradicional de competência territorial no Brasil. Historicamente, a competência territorial se baseia na divisão geográfica do território nacional, delimitando onde cada órgão jurisdicional exerce sua função. No entanto, com a adoção crescente do processo digital no Judiciário, que permite a tramitação remota e eletrônica de autos, surgem questionamentos sobre a relevância do critério territorial em um ambiente digital, onde os processos podem ser acessados de qualquer lugar com conexão à internet. O avanço tecnológico e a informatização do Judiciário exigem uma reflexão crítica sobre como a Justiça é organizada e administrada. O processo digital, ao transcender as barreiras físicas, desmaterializa os autos e torna irrelevante a presença física dos envolvidos, o que desafia a estrutura geográfica sobre a qual o sistema judiciário foi construído. A pesquisa adota uma abordagem teórico-interpretativa, utilizando o método analítico-dedutivo para explorar as mudanças no Judiciário e suas implicações. Baseia-se em autores como Fábio Ribeiro Porto, Humberto Theodoro Júnior e Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias. A análise destaca o impacto da eliminação de autos físicos (desmaterialização) e da acessibilidade remota (ubiquidade), transformações que afetam a prática jurídica e a organização judiciária. Os resultados mostram que a desmaterialização e a ubiquidade do processo digital enfraquecem a competência territorial, uma vez que os atos processuais podem ser realizados eletronicamente de qualquer local. Isso sugere que novos critérios de competência, podem emergir. Apesar da flexibilidade oferecida, a desterritorialização impõe desafios à distribuição de trabalho entre órgãos jurisdicionais. A pesquisa conclui que o Judiciário precisará adaptar seus critérios de competência para acompanhar a era digital

Palavras-Chave: DESMATERIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA, UBIQUIDADE, PROCESSO DIGITAL.

Instituição de Fomento: UFLA

Link do pitch: <https://youtu.be/5aU4TGYM65A>